

Sumário

Número de notícias: 13 | Número de veículos: 7

CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA RECEITA FEDERAL DO BRASIL Lava-Jato: auditor exonerado	2
CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA SEGURIDADE SOCIAL Mobilização pela anistia	3
CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA SEGURIDADE SOCIAL CPI dos desvios no INSS é criada	4
O ESTADO DE S. PAULO - METRÓPOLE SEGURIDADE SOCIAL Congresso derruba veto e cria benefício para casos de microcefalia por zika	6
O GLOBO - RJ - POLÍTICA RECEITA FEDERAL DO BRASIL Espionagem ilegal	7
CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA REFORMA TRIBUTÁRIA Luz pode disparar por causa do Congresso	9
VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL REFORMA TRIBUTÁRIA Taxa a título incentivado altera alíquota de IR para renda acima de R\$ 50 mil	11
VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA REFORMA TRIBUTÁRIA Isenção para fundos definidos na reforma tributária são retomados	13
VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL ECONOMIA Monitor do PIB mostra desaceleração da economia	14
VALOR ECONÔMICO - SP - OPINIÃO TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS Dólar em baixa e óleo em alta afetam cenário do Copom	15
DIÁRIO DO COMÉRCIO - BELO HORIZONTE - MG - ECONOMIA ECONOMIA Guerra entre Israel e Irã ameaça economia de MG	17
DIÁRIO DO COMÉRCIO - BELO HORIZONTE - MG - VANGUARDA ECONOMIA Mineração deve seguir rumo ao protagonismo sustentável	19
JORNAL DE BRASÍLIA - DF - OPINIÃO ECONOMIA Divida pública, juros e inflação	22

Lava-Jato: auditor exonerado

VANILSON OLIVEIRA

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, exonerou ontem o auditor fiscal da **Receita Federal** (RFB) Marco Aurelio Silva Canal, acusado de chefiar um esquema de cobrança de propina envolvendo investigados da Operação Lava-Jato.

A decisão foi publicada no Diário Oficial da União e encerra, formalmente, a trajetória do funcionário que, segundo as apurações, usou o cargo público para operar um sistema criminoso dentro do órgão.

Servidor de carreira da Receita desde 1995, Marco Aurelio Canal foi preso em outubro de 2019, no âmbito da Operação Armadeira, conduzida por Polícia Federal, Ministério Público Federal (MPF) e Receita. À época, ele ocupava o cargo de supervisor de programação, função que lhe conferia, segundo os autos do processo, acesso a informações sigilosas de investigações fiscais e financeiras, especialmente relacionadas à Lava-Jato.

Segundo os autos, Canal é suspeito de usar dados sigilosos de contribuintes investigados para extorquir dinheiro, prometendo em troca a redução ou até o cancelamento de multas aplicadas pela Receita. As propinas eram cobradas diretamente de empresários e agentes econômicos envolvidos nos desdobramentos da Lava-Jato.

A denúncia que deu origem à investigação partiu da delação premiada de Lelis Teixeira, ex-presidente da Federação das Empresas de Transportes de Passageiros do Estado do Rio de Janeiro (Fetranspor). Teixeira afirmou ter pago R\$ 4 milhões a Canal para evitar sanções fiscais e a aplicação de uma multa milionária que estava em curso.

Na época da prisão, Canal tinha remuneração de R\$ 21,8 mil, conforme registros do Portal da Transparência. O cargo dele, além de garantir acesso privilegiado às informações fiscais de centenas de contribuintes, lhe permitia monitorar movimentações financeiras de pessoas físicas e jurídicas ligadas às investigações da Lava-Jato.

Ministro do STF

O servidor também foi apontado como responsável por uma apuração interna, considerada ilegal, contra 133 contribuintes. Entre os alvos dessa investigação sem respaldo institucional, estavam o ministro Gilmar

Mendes, do Supremo Tribunal Federal (STF), e a mulher dele, a advogada Guiomar Feitosa.

Na ocasião, Gilmar Mendes reagiu, enviando um ofício ao então presidente do STF, ministro Dias Toffoli, classificando a conduta de Canal e dos demais envolvidos como um "abuso de poder" e uma tentativa deliberada de "ataque reputacional".

"É evidente que num Estado de Direito todo cidadão está sujeito a cumprir as obrigações previstas em lei e, conseqüentemente, está sujeito à regular atuação de fiscalização dos órgãos estatais.

O que causa enorme estranhamento e merece pronto repúdio é o abuso de poder por agentes públicos para fins escusos, concretizado por meio de uma estratégia deliberada de ataque reputacional a alvos predeterminados", declarou.

A investigação interna, que não tinha autorização judicial, levou o ministro Alexandre de Moraes, do STF, a determinar a suspensão imediata dos procedimentos e o afastamento dos auditores envolvidos, incluindo Canal. Na decisão, o magistrado destacou que a escolha dos alvos ocorreu "sem critérios objetivos" e com "total ausência de razoáveis indícios de ilicitude", configurando uma grave violação às garantias constitucionais.

Apesar da demissão, os processos criminais contra Canal seguem em andamento. O Correio entrou em contato com a **Receita Federal** e com a defesa do servidor público, mas, até o fechamento desta edição, não obteve retorno.

Saiba mais

Oito anos sem cargo público

Segundo a portaria publicada ontem, Marco Aurélio Canal foi demitido por "valer-se do cargo para lograr proveito pessoal ou de outrem, em detrimento da dignidade da função pública".

A dispensa é resultado de um processo administrativo disciplinar. Em decorrência da punição, o auditor não poderá ocupar nenhum outro cargo público pelos próximos oito anos.

Site:

<https://flip.correiobraziliense.com.br/edicao/imprensa/7491/18-06-2025.html?all=1>

Mobilização pela anistia

DANANDRA ROCHA » WAL LIMA

O líder do PL na Câmara, Sóstenes Cavalcante (PL-RJ), afirmou que o projeto de anistia para os golpistas do 8 de Janeiro será pautado nas próximas semanas. Ele deu a declaração ao Correio após uma reunião com o presidente da Casa, Hugo Motta (Republicanos-PB).

"Estamos dialogando com o presidente Hugo Motta. (...) Nas próximas semanas, teremos uma votação para resolver o problema dos presos políticos do dia 8 de janeiro, a anistia", disse o bolsonarista.

Uma nova proposta de anistia foi apresentada pela oposição no fim de maio, que concede perdão "apenas para as pessoas físicas que tenham participado diretamente das manifestações". A "nova versão" prevê aos condenados pelo crime de abolição do Estado Democrático de Direito o perdão mas não exclui a responsabilização civil pelos danos causados ao patrimônio público e mantém as multas aplicadas aos envolvidos nos crimes.

A oposição afirma estar ganhando espaço com Motta. Ontem de manhã, por exemplo, o presidente da Câmara firmou o compromisso de manter um canal aberto com a oposição e acenou com a possibilidade de reuniões regulares.

"Ele vai nos receber semanalmente.

Isso foi uma conquista.", afirmou o deputado Zucco (PL- -RS), em coletiva de imprensa.

Em entrevista ao Correio, a deputada Bia Kicis (PL-DF) disse que a pauta da reunião foi extensa e teve temas como a CPMI do **INSS** e a anistia aos réus do 8 de Janeiro. "Ele (Motta) demonstrou sensibilidade às nossas pautas e se comprometeu com o andamento delas. Foi uma reunião muito produtiva", frisou.

Site:

<https://flip.correiobraziliense.com.br/edicao/impressa/7491/18-06-2025.html?all=1>

CPI dos desvios no INSS é criada

O presidente do Congresso, senador Davi Alcolumbre (União-AP), leu ontem o requerimento que oficializa a criação da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) do **INSS**, voltada à apuração de um esquema bilionário de fraudes contra aposentados e pensionistas. A leitura marca o primeiro passo para que a comissão comece a funcionar formalmente, com a indicação dos membros e posterior instalação, prevista para ocorrer no segundo semestre.

A iniciativa da CPMI partiu da senadora Damares Alves (Republicanos- DF) e da deputada Coronel Fernanda (PL-MT), ambas da oposição, que reuniram as assinaturas necessárias para apresentar o pedido. O foco da investigação será o esquema de descontos indevidos em benefícios previdenciários, trazido à tona pela Operação Sem Desconto, da Polícia Federal, deflagrada em abril. Segundo a PF, mais de 4,2 milhões de beneficiários foram vítimas de cobranças ilegais, entre 2019 e 2024, com um prejuízo estimado em R\$ 6 bilhões a aposentados e pensionistas da **Previdência Social**.

Alcolumbre já havia declarado que trabalha para que o senador Omar Aziz (PSD-AM) assumira a presidência da comissão. Pela regra do Congresso, o comando do colegiado cabe ao Senado, enquanto a relatoria será ocupada por um deputado.

Até o momento, o presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos- PB), não fechou consenso sobre o nome que ocupará a função.

Redução de danos Nos bastidores, a instalação da CPI foi considerada uma derrota para o governo, que, inicialmente, atuou para evitar que fosse criada. Contudo, diante da adesão de parlamentares da própria base à pressão para que o colegiado saísse do papel, o Palácio do Planalto recuou e passou a negociar a composição da comissão, na tentativa de minimizar danos e controlar a pauta e o foco da investigação.

O esquema que será alvo da apuração envolvia entidades associativas que, por meio de convênios com o **INSS**, efetuavam descontos não autorizados diretamente nos contracheques de aposentados e pensionistas.

A operação da PF mostrou a participação de intermediários, lobistas e servidores e resultou na saída de Carlos Lupi do comando do Ministério da Previdência. (VO)

Site:

<https://flip.correiobraziliense.com.br/edicao/imprensa/7491/18-06-2025.html?all=1>

Congresso derruba veto e cria benefício para casos de microcefalia por zika

O Congresso Nacional derrubou ontem o veto do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva (PT) ao Projeto de Lei 6064/2023, da senadora Mara Gabrilli (PSD-SP), que garante indenização de R\$ 50 mil e pensão vitalícia no teto estipulado pelo Instituto Nacional de Seguro Social (**INSS**), que hoje é de R\$ 7.786,02, a crianças com deficiência causada pela infecção por zika vírus na gestação. Gabrilli apresentou o PL quando era deputada federal, em 2015.

O texto só foi aprovado pelo Senado em agosto de 2024.

"A pensão vitalícia não é caridade.

É uma obrigação moral e legal do Estado, que foi omissa e não trabalhou com o básico: oferecer água limpa, coleta de lixo e saneamento. A derrubada desse veto é uma reparação.

É a luta de muitas mães que batalham há uma década pela vida de seus filhos que nasceram com deficiências severas, graves e irreversíveis. Essa luta significa, além de justiça, dignidade e mais qualidade de vida às famílias", disse Gabrilli.

Em janeiro deste ano, Lula havia vetado integralmente o PL sob o argumento de que a "proposição legislativa contraria o interesse público, pois cria despesa obrigatória de caráter continuado e benefício tributário e amplia benefício da **seguridade social**, sem a devida estimativa de impacto orçamentário e financeiro, identificação da fonte de custeio, indicação de medida de compensação e sem a fixação de cláusula de vigência para o benefício tributário".

O senador Romário (PL-RJ) ressaltou que a pensão às famílias afetadas pelo zika não é um favor. "Vai garantir tratamentos, alimentação especial, remédios, terapias, equipamentos e tudo o que essas crianças precisam todos os dias. Sem ela, o peso recai inteiramente sobre mães e pais que já carregam uma luta sem trégua há dez anos. Para se ter uma ideia, uma lata da fórmula que é a única alimentação possível para essas crianças, custa R\$ 200. São necessárias 20 latas por mês." O parlamentar também destacou a mobilização das famílias. "Essas mães bateram em todas as portas.

Hoje, o Congresso marcou um golaço para a vida, para a cidadania e para a dignidade." **DIREITOS AMPLIADOS.** Diante dos elevados níveis de suporte para quem tem microcefalia, a proposta amplia direitos das famílias, com extensão de licença-maternidade em 60 dias, aumento da licença-paternidade de 5 para 20 dias e retirada da obrigatoriedade de revisões periódicas de incapacidade para quem recebe Benefício de Prestação Continuada (BPC) por condição causada pelo vírus zika.

O projeto garante que os valores da indenização não sofrerão tributação do Imposto de Renda e serão corrigidos pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), assegurando atualização até a data do pagamento.

A epidemia de zika atingiu principalmente Pernambuco, Bahia e Rio Grande do Norte, entre 2015 e 2016.

Em decorrência do aumento de nascimentos com microcefalia, foi declarado no Brasil Estado de Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional. | LUIZ ALEXANDRE SOUZA VENTURA, DO BLOG VENCER LIMITES

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Espionagem ilegal

EDUARDO GONÇALVES, PATRIK CAMPO REZ, SARAH TEÓFILO, DANIEL GULLINO, MARIANA MUNIZ, IVAN MARTINEZ-VARGAS

A Polícia Federal (PF) apontou a participação do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), do deputado federal Alexandre Ramagem (PL-RJ) e do vereador Carlos Bolsonaro (PL-RJ), filho do ex-presidente, em uma organização criminosa ao concluir a investigação do uso da Agência Brasileira de Inteligência (Abin) para espionar adversários e disseminar informações falsas sobre o sistema eleitoral. O caso teve início após o GLOBO revelar, em março de 2023, a compra de um sistema espião pela agência para monitorar a localização de alvos pré-determinados em todo o país. A estrutura montada no órgão de inteligência ficou conhecida como "Abin paralela".

A PF indiciou 36 pessoas. Bolsonaro, apesar de ser apontado como integrante do grupo criminoso em relatório da corporação, não foi formalmente indiciado por esse crime. Isso aconteceu, segundo investigadores, porque o ex-presidente já foi denunciado por organização criminosa no processo da trama golpista, do qual é réu, caso que tem conexão com o da "Abin paralela".

PGR ANALISARÁ

Segundo a PF, o ex-presidente tinha conhecimento do esquema de espionagem e foi o principal beneficiário dele. Agora, caberá à Procuradoria-Geral da República (PGR) avaliar se é pertinente ele responder pelo mesmo crime em dois inquéritos diferentes.

Entre os indiciados estão nomes que integram a atual gestão da agência, como os delegados Luiz Fernando Corrêa, diretor-geral da Abin; o chefe de gabinete Luiz Carlos Nóbrega e o corregedor-geral José Fernando Chuy. Todos eles são delegados de carreira da Polícia Federal nomeados ao cargo no governo Lula. O ex-presidente não comentou a conclusão da investigação. Carlos Bolsonaro e Ramagem se pronunciaram por meio de suas redes sociais. (leia mais na página 6).

Em ocasiões anteriores, eles negaram a existência de estrutura paralela na agência e a participação em espionagens ilegais. A Abin, por sua vez, tem afirmado estar "à disposição das autoridades" e ressaltou que os fatos investigados ocorreram em "gestões passadas".

As investigações apontam que a Abin atuou de forma

irregular durante o governo Bolsonaro ao utilizar, sem controle institucional, o sistema de monitoramento conhecido como FirstMile. A ferramenta explorava brechas nas redes de telefonia celular para rastrear a localização de alvos pré-determinados, sem autorização judicial nem aval da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel).

As apurações indicam que esse tipo de espionagem violava normas legais, operava à margem da legislação vigente e não tinha qualquer vínculo com ameaças à segurança nacional. Isso porque o programa secreto era utilizado, em geral, para vigiar desafetos do governo Bolsonaro, explorando lacunas na regulamentação.

Além do uso indevido do sistema, os investigadores destacam que os monitoramentos eram realizados sem qualquer plano estruturado, o que inviabiliza a rastreabilidade das ações e compromete os princípios da legalidade e do controle institucional. A Abin, cuja função é atuar em defesa do Estado, teria sido instrumentalizada para fins privados e políticos, guiada por interesses pessoais do ex-presidente e seus aliados - em desacordo com sua missão legal -, segundo a investigação.

A partir desse caso, os investigadores descobriram ações supostamente clandestinas da Abin contra o presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Luís Roberto Barroso, e os ministros da Corte Alexandre de Moraes, Luiz Fux e Dias Toffoli; o então presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), e o ex-chefe da Casa Rodrigo Maia; e o ex-governador de São Paulo João Doria, que foi pré-candidato à Presidência.

Segundo a Polícia Federal, a estrutura paralela produziu dossiês de forma ilegal e atuou para disseminar notícias falsas sobre integrantes da cúpula do Judiciário e do Legislativo, além de **servidores públicos** e jornalistas. A organização era dividida em setores. Os núcleos "Presidência" e "vetor de propagação" eram muniados pelo grupo "estrutura paralela". Após consultas em ferramentas como o programa FirstMile, eles repassavam dossiês e informações a serem disseminados por outros integrantes.

Segundo os investigadores, uma parte da agência - ou o "núcleo de inteligência paralela" - comandada por Ramagem foi "aparelhada" para viabilizar a manutenção de Bolsonaro na cadeira de presidente. Carlos Bolsonaro, nome com atividade relevante nas

redes, também aparece neste contexto.

A PF aponta que Ramagem orientou o presidente a atacar a credibilidade das urnas e a adotar uma estratégia mais hostil no enfrentamento contra "o sistema". Documentos com esse teor foram encontrados em arquivos de um e-mail de Ramagem captado pelos investigadores.

Outro ponto que chamou a atenção da PF foi um pico de acessos feitos no programa espião durante as eleições municipais de 2020. Investigadores traçaram um gráfico que mostram o crescimento expressivo de monitoramentos realizados no First Mile durante o período em que foram escolhidos prefeitos e vereadores por todo o país.

A lista de monitorados pela Abin incluiria também lideranças de grupos de caminhoneiros e dirigentes de entidades do setor. Após a greve do segmento que paralisou o país em 2018, a agência de inteligência passou a intensificar a coleta de informações sobre ameaças de novos protestos.

BLINDAGEM DE FLÁVIO

Um outro braço da investigação aponta que também foi montado um suposto esquema para blindar o senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) no caso da "rachadinha". Um áudio encontrado no computador de Ramagem mostra ele e o ex-presidente Bolsonaro discutindo sobre supostas irregularidades cometidas por auditores da **Receita Federal** ao elaborarem um relatório de inteligência que mirava o filho senador. Flávio não foi indiciado neste caso.

Em uma oitiva à PF, um agente da Abin relatou que um outro programa, o Cobalt Strike, foi usado para invadir computadores de autoridades do Paraguai com o intuito de conseguir dados sobre a negociação entre os dois países a respeito das tarifas da usina de Itaipu. Essa ação teria começado durante o governo Bolsonaro e continuado durante a gestão Lula.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Luz pode disparar por causa do Congresso

VANILSON OLIVEIRA » WAL LIMA

O Congresso derrubou, ontem, os vetos do presidente Luiz Inácio Lula da Silva à lei que, originalmente, visava estimular a geração de energia eólica offshore - produzida em alto-mar. O resultado da ação dos parlamentares pode gerar um impacto bilionário para os consumidores de energia elétrica. Estimativas da Frente Nacional dos Consumidores de Energia (FNCE) apontam que os custos podem alcançar R\$ 197 bilhões até 2050.

Isso representará um aumento médio de até 9% nas tarifas de energia. No projeto de lei, mantiveram-se "jabutis" (dispositivos adicionados ao PL que nem sempre têm a ver com seu conteúdo) que obrigam a contratação compulsória, pelo governo federal, de determinadas fontes de energia, independentemente da demanda do mercado - tal como a de 4,9 GW de Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs), cujo gasto é estimado em R\$ 140 bilhões até 2050.

A conta, porém, só aumenta: os "jabutis" preveem, também, a contratação de uma planta de hidrogênio líquido no Nordeste e de usinas eólicas na Região Sul - adicionam mais R\$ 33 bilhões ao desembolso pelo Executivo. No retorno à versão original do PL, ainda prorroga-se, antecipadamente, os contratos do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas (Proinfa).

São mais R\$ 24 bilhões ao custo final da energia elétrica no Brasil.

Por nota, a FNCE afirma que estuda acionar o Supremo Tribunal Federal (STF) para questionar a constitucionalidade dos "jabutis".

"A decisão do Congresso Nacional de derrubar, por ampla maioria, grande parte dos vetos presidenciais aos 'jabutis' na Lei das Eólicas Offshore obrigará os consumidores de energia a arcarem com um custo de R\$ 197 bilhões, ao longo dos próximos 25 anos, que poderá representar aumento aproximado de 3,5% na conta de luz", afirma a entidade.

"O Poder Legislativo, mais uma vez, demonstra desrespeito pelos princípios constitucionais e democráticos, ao persistir na defesa de propostas que prejudicam a população e ao conduzir o processo legislativo ignorando os regimentos internos, impedindo que a sociedade civil tenha uma ampla e plena participação e aprovando, sumariamente,

medidas de grave repercussão sem base técnica nem justificativa econômica", complementa a manifestação da FNCE.

De acordo com a Frente, as medidas são desnecessárias, pois além do alto custo têm potencial para ampliar, ainda mais, a já elevada sobreoferta de energia - isso porque o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) realiza cortes na geração de energia eólica e solar. Com a volta dos "jabutis", a perspectiva é de que haja retração na geração de energias renováveis.

A FNCE ainda alerta que os "jabutis" são um perigo para a indústria, o comércio e os consumidores residenciais, "que verão impacto no preço dos produtos e serviços, e na inflação". "Ao derrubar os vetos da Lei de Eólicas Offshore, o Congresso Nacional torna-se responsável pelo aumento na conta de luz dos brasileiros e por instalar o caos definitivo no setor elétrico", frisa a entidade.

Mais derrota Mas esta não foi a única derrota de peso que o governo sofreu.

O Congresso também derrubou parte dos vetos presidenciais aplicados à lei que regulamenta a reforma tributária, garantindo a manutenção da isenção fiscal para os fundos de Investimento Imobiliário (FIIs) e de Investimento nas Cadeias Produtivas do Agronegócio (Fiagro). Foi uma vitória para os setores do agronegócio e do mercado imobiliário, que vinham pressionando os parlamentares contra a tentativa do governo de tributar esses ativos.

No texto original aprovado pelo Legislativo, os parlamentares haviam assegurado que FIIs e Fiagros ficariam livres da incidência do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) e da Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) - tributos que substituirão PIS, Cofins e ICMS com a entrada em vigor da reforma tributária.

Mas Lula vetou os trechos que garantiam essas isenções, alegando questões de equilíbrio fiscal.

O Congresso, porém, restabeleceu a garantia de que os fundos permaneçam livres de impostos no novo sistema tributário. O governo tentou evitar uma derrota ainda pior depois de intensa negociação, sobretudo, com os ruralistas e os representantes do mercado financeiro.

Para compensar a perda de arrecadação, a equipe econômica editou uma medida provisória que cria a cobrança de 5% de Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) em transações envolvendo FIs e Fiagros - a MP foi publicada em 11 de junho e precisa ser aprovada por deputados e senadores para vigorar.

Além do IOF, o pacote elaborado pelo Ministério da Fazenda inclui a criação de uma alíquota de 17,5% de Imposto de Renda sobre os rendimentos obtidos com esses fundos, o que representa uma mudança significativa no modelo atual de tributação, que é isento para muitos investidores desses ativos. As novas regras, segundo o texto da MP, só passarão a valer a partir de 1º de janeiro de 2026, caso o Congresso as aprove.

A situação do governo não foi pior porque houve um acordo entre os líderes para adiar a análise de 30 dos 60 vetos da pauta - o restante ficou para a nova sessão do Congresso antes do recesso parlamentar, previsto para 18 de julho. Entre os vetos deixados para frente está o que trata da regulamentação da **reforma tributária**.

Os parlamentares decidiram postergar a votação de 10 dispositivos, incluindo trechos que tratam da tributação sobre o uso de espaços físicos mediante pagamento, e da isenção do imposto seletivo para produtos exportados considerados nocivos à saúde ou ao meio ambiente.

Site:

<https://flip.correiobraziliense.com.br/edicao/imprensa/7491/18-06-2025.html?all=1>

Taxa a título incentivado altera alíquota de IR para renda acima de R\$ 50 mil

O fim da isenção de Imposto de Renda (IR) para títulos incentivados, como letras e certificados de crédito imobiliário e do agronegócio (LCI, CRI, LCA e CRA), instituída pela medida provisória (MP) alternativa ao Imposto sobre Operações Financeiras (IOF), impactará o cálculo do imposto mínimo efetivo que será cobrado das pessoas com renda acima de R\$ 50 mil por mês, caso o projeto de lei da reforma do Imposto de Renda (IR) seja aprovado pelo Congresso Nacional. Esse projeto, em tramitação na Câmara dos Deputados, cria o imposto mínimo efetivo para compensar a ampliação da faixa de isenção do IR para quem ganha até R\$ 5 mil por mês.

O impacto acontecerá por meio da ampliação da base de cálculo do imposto mínimo efetivo. Isso porque o projeto do IR prevê que os rendimentos de títulos de investimento isentos não entram no cálculo do imposto mínimo, assim como rendimentos com poupança, indenizações e proventos de aposentadoria por acidentes em serviço ou moléstias.

Já a MP 1.303, editada na semana passada pelo governo, acaba com a isenção de IR sobre os títulos incentivados, caso de LCIs, LCAs, CRIs e CRAs. Com isso, esses títulos passarão a ser taxados em 5% a partir de 2026, caso a MP seja convertida em lei. Assim, eles deixam de ser isentos e passam a compor a base de cálculo do imposto mínimo efetivo, que terá uma alíquota que varia de zero a 10%, a depender da renda total do contribuinte.

Segundo apurou o Valor, o Ministério da Fazenda está ciente desse impacto e vai discutir com o relator, deputado Arthur Lira (PP-AL), o que fazer. Ainda não há decisão tomada por parte do governo, segundo uma fonte.

Para o tributarista Luiz Gustavo Bichara, sócio do Bichara Advogados, os efeitos combinados da MP 1.303 com o proposto no PL 1.087 (reforma do IR) são "ainda mais gravosos aos contribuintes", que terão que pagar mais

"Mesmo se tiver um impacto, vai ser um impacto mais de longo prazo" Daniel Loria

Imposto de Renda sobre os títulos incentivados, através do imposto mínimo efetivo.

"Ao propor a tributação pelo chamado IRPFM [o imposto mínimo efetivo], o PL 1.087 excluiu expressamente os rendimentos de títulos isentos. Mas caso seja aprovada a tributação desses títulos prevista na MP 1.303, tais rendimentos passam a ser tributados também pelo IRPFM, de modo que a alíquota efetiva tende não a 5% como sugere a MP, mas a 10%, por forçado PL 1.087", afirma Bichara.

Luca Salvoni, sócio do Cascio-ne Advogados, também tem a mesma interpretação. "Ao acabar com a isenção de alguns títulos, que passam a ser tributados à alíquota de 5%, a MP acaba jogando seus rendimentos na "cesta de ganhos" sujeitos ao IR mínimo de 10%. Ou seja, para um investidor de renda mais alta, a tributação final não subirá de zero para 5%, mas sim de zero para até 10%", explica.

Leonardo Aguirra de Andrade, sócio do Andrade Maia Advogados e professor do Instituto Brasileiro de Direito Tributário (IBDT), pondera que a medida não é uma bitributação, mas sim de um "aumento indireto do tributo por esse mecanismo de complementação do imposto mínimo".

Para Andrade, o correto seria o governo propor ao relator, deputado Arthur Lira, que títulos incentivados sejam retirados da base de cálculo do imposto mínimo, mesmo se taxados em 5% de IR, como prevê a MP. "Para o governo ser coerente, o PL 1.087 deveria ser ajustado para que seja mantida a retirada da base de cálculo desses títulos. Isso manteria a coerência com o texto original [apresentado pelo governo]", afirma.

No mercado financeiro, há a expectativa que o Congresso Nacional rejeite o fim da isenção de IR para títulos incentivados que consta na MP, devido à pressão das bancadas ruralista e dos parlamentares que representam o setor imobiliário. Se isso acontecer, não seria necessário mudar o projeto do IR, ressalta Andrade.

No projeto de lei de reforma do IR, o governo previu que vai arrecadar R\$ 25,22 bilhões em 2026 com o imposto mínimo efetivo sobre pessoas físicas de alta renda, número que não considera a inclusão dos títulos incentivados na base de cálculo. Há, ainda, mais R\$ 8,9 bilhões esperados com a cobrança de 10% de IR sobre dividendos remetidos ao exterior.

Daniel Loria, sócio do Loria Advogados e ex-diretor da Secretaria Extraordinária da **Reforma Tributária** do Ministério da Fazenda, lembra que a taxa em 5% dos títulos incentivados vale somente para os ativos e fundos emitidos ou com cotas subscritas a partir do ano que vem. Ou seja, o estoque continuará isento de IR. Por isso,

ele não vê que a medida trará ganhos arrecadatários para o governo no curto prazo. "Tem toda preservação do estoque. Então, mesmo se tiver um impacto, não é um impacto para 2026, acho que nem para 2027. Vai ser um impacto mais de longo prazo", explica.

Ele avalia que é correto o governo propor o fim da isenção de IR sobre títulos incentivados, porque melhora estruturalmente o desenho da tributação do mercado financeiro de capitais, já que hoje o mercado conta com títulos e fundos de investimento em renda fixa que são tributados, enquanto outros não são, o que gera assimetria.

Tanto o PL quanto a MP ainda estão em discussão no Congresso, por isso podem sofrer alterações.

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/188236>

Isenção para fundos definidos na reforma tributária são retomados

O Congresso derrubou na terça-feira (17) o veto do governo aos dispositivos que definiam os fundos de Investimento Imobiliário (FII) e de Investimento nas Cadeias Produtivas Agroindustriais (Fiagro) como não contribuintes na **reforma tributária**.

A derrubada do veto foi negociada pelo líder do governo no Congresso, Randolfe Rodrigues (PT-AP), com a Frente Parlamentar do Agronegócio (FPA) e os dispositivos acordados dividiram os ministérios mais importantes do governo de Luiz Inácio Lula da Silva.

De um lado, o ministro chefe da Casa Civil, Rui Costa, e a ministra da Secretaria de Relações Institucionais (SRI), Gleisi Hoffmann, defenderam a derrubada dos dispositivos que retomam a isenção para os fundos. Do outro, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, queria a retomada na íntegra do que foi excluído por Lula na sanção da lei complementar.

O argumento da Fazenda, é que a derrubada como foi feita deixa a tributação de fundos sem um regramento definitivo, causando insegurança jurídica.

Por exemplo, o regramento previa que fundos poderiam optar por contribuir se fosse do interesse dos controladores. Permanecendo os vetos a regra, segundo fontes, fica "capenga".

Antes da votação, o Valor presenciou o diálogo de uma liderança da FPA com o Secretário de Assuntos Parlamentares da SRI, André Ceciliano questionando os termos do acordo.

"Parece que a Fazenda quer algo -ra derrubar tudo. Para nós não muda nada. Derrubando os trechos do Fiagro, pode derrubar também os outros dispositivos", afirmou o parlamentar a Ceciliano.

O congressista ironizou o impasse dentro do governo. "Eles [governo] não se entendem. Eles têm acordo com a gente, que somos majoritariamente de oposição, e brigam entre eles".

No plenário, assessores da Fazenda tentaram convencer, sem sucesso, parlamentares da base aliada da importância da derrubada total dos dispositivos dos fundos de investimento.

Como prevaleceu o acordo com a FPA, a deliberação

desses dispositivos de regramento ficará para a próxima sessão do Congresso.

Ao vetar a isenção para os fundos, o Executivo baseou-se na in-constitucionalidade e no argumento de que a medida contrariava o interesse público. A Fazenda e a Advocacia-Geral da União (AGU) sustentaram que a Constituição veda a exclusão dos fundos da incidência do IBS e da CBS.

Na tentativa de manter o veto, a Fazenda negociou com a FPA o envio de um projeto em separado para tratar a isenção dos fundos. Sem a alternativa, o governo optou por um acerto pela derrubada.

"Manter a isenção dos fundos, o que conseguimos com a derrubada do veto, é manter a atratividade desse instrumento, que tem sido decisivo para financiar o agronegócio e a construção", disse o deputado Arnaldo Jardim (Cidadania-SP), que participou das negociações com a Fazenda.

Ao todo, foram vetados 15 dispositivos da Lei Complementar 214/2025, que regulamenta a **reforma tributária**. A lei prevê a substituição gradual de cinco **tributos** (PIS, Cofins, ICMS, ISS e, parcialmente, o IPI) pelo IBS e pela CBS. Esses novos **tributos** começarão a vigorar em 2027, com um período de transição até 2033. (CT, BR, MCe GG)

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/188236>

Monitor do PIB mostra desaceleração da economia

Após subir 1,3% em março ante fevereiro, a economia brasileira mostrou retração de 0,4% em abril ante mês anterior, na ótica do Monitor do **PIB**, indicador da Fundação Getúlio Vargas (FGV) que apura ritmo da atividade econômica mensalmente, divulgado nesta terça-feira (17). Foi a mais forte queda do indicador, na comparação ante mês anterior, desde outubro de 2024 (-0,6%), e pode indicar desaceleração da economia no segundo trimestre, na avaliação de Juliana Trece, economista da fundação.

"É difícil cravarmos, com certeza, desaceleração da economia já em abril, porque tivemos alta muito forte em março", notou. E, em outras comparações, a economia cresce no Monitor da FGV com aumentos de 1,6% ante abril do ano passado; e expansão de 2,7% no trimestre finalizado em abril, ante mesmo trimestre do ano anterior.

"Mas [a taxa na comparação com mês imediatamente anterior] pode sim ser começo de desaceleração [da atividade econômica] já em abril", reconheceu a economista.

Trece informou também que há indícios de menor ritmo de demanda, na margem, em abril na comparação com março, no monitor. "O que chama atenção é que principais componentes de demanda [dentro do **PIB**] mostraram recuo, em abril ante março", afirmou.

Nessa comparação, o indicador da FGV mostrou quedas de 0,1% no consumo das famílias; de 1,4% no consumo do governo; e de 1,2% na formação bruta de capital fixo (FBCF), que representa investimentos na economia.

Trece lembrou que o segundo trimestre conta com contexto macroeconômico não favorável ao consumo. A economia real já sente efeitos de aperto monetário, iniciado pelo Banco Central no segundo semestre do ano passado.

Naquela época, o BC começou a elevar taxa básica de juros (Selic), que norteia juros de mercado, inclusive o de compras a crédito. Porém o efeito da Selic mais alta, na economia real, é defasado - demora cerca de seis meses a oito meses. Esse quadro de juros altos ocorre ainda em cenário no qual famílias ainda operam em elevado patamar de endividamento, o que também

inibe compras.

Ainda sobre sinais de menor ritmo da atividade, no começo do segundo trimestre, a técnica comentou sobre IBC-Br, prévia do **PIB** elaborada pelo BC, anunciado na segunda-feira (16), que mostrou sinal positivo, em abril

ante março, com aumento de 0,2%. Quando questionada se os dois indicadores, da FGV e do BC, estariam a mostrar tendências opostas, visto que um terminou em alta; e outro, em queda, na mesma comparação, ela discordou. "Se você olhar a série [do indicador do BC], foi uma taxa menor do que a de março", comentou. Em março, o IBC-Br subiu 0,8% ante fevereiro.

Assim, no entendimento dela, tanto o IBC-Br quanto o monitor mostram sinais de desaceleração da economia, no começo do segundo trimestre. Mesmo que as taxas tenham sido positiva e negativa, respectivamente, para mesmo período, frisou.

Quando questionada se os resultados de abril, dos indicadores, poderiam mudar projeções **PIB** anual em 2025, ela foi cautelosa. Trece notou que não se sabe se haverá novas medidas do governo, para estimular consumo. Caso ocorram, isso teria efeito no **PIB**, comentou.

"O que podemos afirmar é que teremos desaceleração mais evidente [da economia] a partir do segundo semestre", afirmou. "Mas em termos de magnitude [da variação do **PIB** em 2025] isso vai depender de ações do governo", resumiu.

O boletim Focus, do Banco Central, projeta alta de 2,20% para o **PIB** de 2025.

Site: <https://valor.globo.com/virador/#!/edition/188236>

Dólar em baixa e óleo em alta afetam cenário do Copom

Dólar e petróleo dispararam juntos em várias crises passadas e formaram uma péssima receita a ser digerida, especialmente para as economias emergentes. Nos primeiros dias de ataques de Israel ao Irã, a história parece ser diferente. O petróleo subiu perto de 10% até agora, ante, por exemplo, 30% em duas semanas após a invasão da Ucrânia pela Rússia, em fevereiro de 2022. O dólar, por sua vez, está em baixa, mesmo diante de uma grave tensão geopolítica. O Comitê de Política Monetária (Copom) define hoje a taxa de juros com fatores dissonantes em ação. A alta do petróleo, ainda que modesta, dá mais fôlego à resistência da **inflação**, se tiver duração e for repassada aos preços. Já a queda do dólar em relação ao real, em torno de 10%, teve efeitos baixistas perceptíveis nos índices de preços.

Determinações econômicas de fundo têm mais peso que os riscos geopolíticos para os preços dos ativos. No caso do petróleo, os especialistas que avaliaram as crises passadas chegaram à conclusão de que o frenesi altista das cotações não se sustenta sequer a curto prazo caso as condições econômicas não sejam propícias. Hoje não são. O último relatório da Agência Internacional de Energia indicou que a produção de petróleo, de 104,8 milhões de barris por dia, é superior à demanda, de 103,8 milhões, e deve continuar assim pelo resto do ano, a menos que ocorra um enorme distúrbio na oferta, como um bombardeio generalizado de refinarias tanto pelo Irã como por Israel. A Arábia Saudita e outros países do cartel do petróleo (Opep) têm condições, segundo a AIE, de suprir a saída do mercado de toda a produção do Irã, de 3,3 milhões de barris por dia. O Irã é o quarto maior produtor da organização e exporta 2 milhões de barris por dia.

Outro fator seria se as perspectivas da economia global fossem de crescimento e não de desaceleração, como agora. A demanda tende a declinar com a guerra tarifária do presidente Donald Trump contra o mundo, que deve produzir mais **inflação** e retração das atividades produtivas. As duas principais economias do mundo, EUA e China, vão se expandir menos, assim como a zona do euro e emergentes importantes, como Brasil e México. Além disso, o mapa da produção de petróleo mudou com os EUA assumindo a liderança mundial.

Donald Trump também é a parte mais importante da

trajetória distinta do dólar na crise atual. Seu unilateralismo radical, expresso pelo protecionismo tarifário e por ameaças de punição com mais **impostos** a investidores estrangeiros nos

EUA, se o capital original provier de países que a Casa Branca julgue que tratem mal os interesses americanos (seja lá o que isso for), acrescentou novas camadas de desconfiança sobre a moeda americana. As sanções financeiras à Rússia e o confisco de suas reservas, na gestão de Joe Biden, já haviam alertado China e outros países emergentes que as transações financeiras podem se tornar armas políticas.

Dois movimentos que roubam posição do dólar se manifestaram desde a retaliação financeira contra a Rússia e a ascensão de Trump. Os bancos centrais compraram mil toneladas de ouro por ano desde lá e acumulam hoje 36 mil toneladas em suas reservas. Em meados dos anos 1960, quando vigia ainda o sistema de Bretton Woods, em que moedas como o dólar tinham paridade fixa em relação ao ouro, as reservas do metal atingiram 38 mil toneladas. Com isso, o ouro se tornou hoje a segunda reserva global (20% das reservas oficiais), ultrapassando o euro, segundo o Banco Central Europeu.

Mais um aspecto da desconfiança foi a aposta em outros ativos em desfavor da moeda americana. Pesquisa do Bank of America com gestores globais, de junho, revelou que nunca desde janeiro de 2005 houve uma exposição tão baixa ao dólar. Vinte por cento das carteiras desses gestores estão "vendidas", isto é, apostam na desvalorização da moeda americana, que está perto do seu menor nível em três anos. Na direção contrária estão recomendações para ampliar os investimentos em euro e títulos de mercados emergentes.

Para a definição da política monetária, estes movimentos têm importância. A alta do petróleo encontra no Brasil uma **inflação** resistente, com expectativas desancoradas há bom tempo. A política de "abrasileirar" os preços dá, porém, tempo para que a Petrobras deixe de repassar os aumentos, e não há certeza de que um novo nível de preços, muito mais elevados, passe a predominar no mercado do óleo. Depois de o Brent ter subido 30% na guerra da Rússia contra a Ucrânia, sua cotação retornou ao que era antes da invasão oito semanas depois

(DuncanWeldon, "FT", ontem).

Avalorização do real desde o início do ano conteve os repasses da disparada anterior do dólar aos preços industriais, como ficou claro no IPCA de maio, que foi de 0,26%, abaixo do previsto. Mesmo com o conflito entre Israel e Irã, o dólar fez recuos adicionais, enquanto os indicadores de ponta mostraram ligeira desaceleração da economia no segundo trimestre. Caberá ao BC decidir se esse comportamento de dois ativos voláteis é suficiente para inclinar a balança a favor da interrupção de alta dos juros ou, em caso contrário, decidir por mais uma pequena elevação da Selic, talvez a última.

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/188236>

Guerra entre Israel e Irã ameaça economia de MG

JULIANA GONTIJO

O conflito entre Israel e Irã, no Oriente Médio, está crescendo e as consequências dessa disputa vão além dos ataques militares, já que atingem a economia em diversas nuances. Além do preço do petróleo, o possível fechamento do Estreito de Ormuz pode impactar o fornecimento de fertilizantes nitrogenados, o que afeta a agricultura do Brasil e de Minas Gerais. Diante desse cenário, especialistas ouvidos pelo Diário do Comércio apontam a possibilidade de aumento nos custos para o setor produtivo.

Eles destacaram que o Irã é um fornecedor relevante de ureia, produto essencial para fornecer nitrogênio às plantas. "O fertilizante é amplamente utilizado na agricultura. Logo, caso a situação no país se agrave, existe a possibilidade de o fornecimento ser reduzido ou até mesmo interrompido", analisa o professor da Fundação Dom Cabral (FDC), Paulo Vicente.

"O impacto no agronegócio pode ser grave porque os preços de vendas estão relativamente baixos, o que pode fazer a margem de lucro estreitar ainda mais", acrescenta. Ele explica que, indiretamente, o conflito também pode influenciar no preço do petróleo, encarecendo o diesel. "Com isso, há uma preocupação quanto aos efeitos sobre toda a economia do Estado, particularmente em relação aos custos de energia e combustíveis", diz.

No ano passado, o Brasil importou 100% da ureia utilizada na agricultura.

No caso de Minas Gerais, os principais fornecedores desse insumo em 2024 foram Omã (24%), Nigéria (22%) e Rússia (19%), segundo a analista em negócios internacionais da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (Fiemg), Verônica Winter. "Agora, se o Irã não conseguir escoar a produção, isso tem impacto, pois é menos um player neste mercado", ressalta. Ela observa que o petróleo e os fertilizantes são insumos importantes para a cadeia produtiva. Logo, ao se tornarem mais caros, impactam os custos de produção no Brasil, bem como no Estado.

Verônica Winter acrescenta que, em termos de comércio internacional, Irã e Israel não são parceiros expressivos em termos de valor para o Estado. No ano passado, Minas Gerais exportou US\$ 67 milhões para

o Irã e US\$ 23,41 milhões para Israel. Já a importação para o Estado proveniente de Israel totalizou US\$ 31,96 milhões e do Irã, US\$1,63 milhão em 2024.

Entre os produtos que Minas compra do Irã, estão o pistache, uvas secas, sementes e frutas cristalizadas. O país do Oriente Médio comprou em 2024 do Estado, em especial, soja, milho e açúcar.

Já os itens de destaque adquiridos por Israel naquele ano foram café, madeira e pedras preciosas. Do lado de Minas, as compras mais relevantes foram de válvula de segurança e adubos.

Incertezas - O economista Fernando Sette Júnior observa que os impactos, tanto na economia brasileira como na mineira, vão depender do tempo de manutenção do conflito. Ele acrescenta que o preço e a oferta do petróleo e dos fertilizantes podem impactar no custo de produção.

Os contratos futuros de petróleo fecharam ontem com altas acima de 4%, seguindo as sinalizações de intensificação no conflito entre Irã e Israel. Além disso, o presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, fez uma série de indicações de que o país poderá se envolver na guerra, enquanto ataques de ambos os lados seguíram.

O professor do Centro Universitário Newton Paiva Wyden, Franz Petrucelli, observa que os custos logísticos marítimos podem aumentar em função do conflito, caso o Estreito de Ormuz seja bloqueado, já que em torno de um quinto do consumo total de petróleo do mundo passa pelo local. "O momento é de incertezas. O fato é que guerra não é boa para ninguém", destaca.

O estrategista da Ouro Preto Investimentos, Sidney Lima, diz que a infraestrutura petrolífera não foi comprometida até o momento, e o tráfego no Estreito de Ormuz continua fluindo, reduzindo a preocupação sobre riscos reais de oferta.

"No médio prazo, porém, a incerteza ainda pesa: se o conflito se prolongar ou houver interrupção nas rotas de exportação, especialmente no Estreito de Ormuz, os efeitos no preço do petróleo podem ser duradouros. Historicamente, essa interrupção poderia elevar o Brent para US\$ 120 a US\$ 130 por barril,

pressionando a **inflação** global e obrigando bancos centrais, como o Fed, a manter juros elevados por mais tempo", analisa. %

Site: <https://centraldoleitor.diariodocomercio.com.br>

Mineração deve seguir rumo ao protagonismo sustentável

DANIELA MACIEL

ENTREVISTA - LUCAS TOMÁS

Qual é o futuro da mineração? Essa pergunta pode ser perturbadora em muitos sentidos. O setor, que está na base da economia mineira e também da nacional, é determinante para o sucesso de quase todos os outros - da agricultura ao lançamento de satélites, da cosmética à segurança energética. Ao mesmo tempo, por seu grande impacto socioambiental, é visto com desconfiança por boa parte da população mundial.

Buscando traçar não só um futuro possível, como desejável para a mineração, a Academic Venture, em parceria com a KR Capital e a FCJ Venture Builder, realizou o estudo Mining Map 2040. O esforço deu origem a um relatório com mais de 300 páginas e contou com a participação de cerca de 300 fontes especializadas. Foram processadas mais de 1 milhão de linhas de informação, mapeando mais de mil sinais de futuro. Esses sinais foram agrupados em 17 drivers de transformação, que orientaram a construção de quatro cenários futuros para o setor mineral.

O cenário preferido, batizado como "Protagonismo sustentável", traz uma visão desejável e alinhada com os princípios de sustentabilidade, eficiência e inclusão. Por isso, a entrevista especial da página Vanguarda de hoje é com o sócio e diretor de Operações da Academic Venture, Lucas Tomás %

**

Então, é possível fazer uma mineração justa e responsável?

É possível e essencial! O nosso estudo tem a pretensão de indicar como será o futuro da mineração brasileira nos próximos 15 anos, especialmente para as pequenas e médias mineradoras. Essa parcela de médias e pequenas não tem toda a estrutura para imaginar o futuro, se posicionar da forma adequada e reivindicar os caminhos que enxergam.

O Mining Map é um estudo muito amplo.

Escutamos mais de 300 fontes de informação, compilamos milhares de dados, identificamos os principais sinais que vão moldar o futuro da mineração

até 2040 e conseguimos traçar alguns cenários estratégicos.

Entre eles, a inovação sustentável. Ela é um dos elementos fundamentais para garantir a licença social para operar, reduzir os impactos ambientais e, sem dúvida, tornar um setor muitas vezes estigmatizado socialmente justo, ambientalmente correto e economicamente viável.

É possível entender o protagonismo sustentável como o cenário mais desejável e também viável. Mas ele é o mais provável?

Sim, é o mais provável, mas ele corre uma série de riscos. Entendemos que o futuro não é previsto, ele é construído. Dos cenários possíveis, identificamos aqueles que são plausíveis e, entre eles, aquele que vamos trabalhar para construir. Assim, chegamos a quatro grandes cenários. O que chamamos de protagonismo sustentável é o que tem maior probabilidade de acontecer e um caráter mais evolucionista, ou seja, não muda radicalmente a percepção de como o setor é hoje. Porém, entendemos que existe outro cenário com grande probabilidade de ocorrer também, que é o que chamamos de "Corrida aos recursos".

Esse é um cenário com caráter mais revolucionário e também preocupante, porque sua concretização decorre da escalada geopolítica das disputas que temos observado. Temos a questão entre Israel e Irã; a guerra da Ucrânia, que também tem a exploração mineral como plano de fundo. Acompanhamos outras disputas geopolíticas, como a que envolve a Groenlândia e a defesa do Mar do Norte pelos Estados Unidos, ambas com perspectiva mineral.

O mundo vem passando por uma escalada geopolítica que redefine fronteiras, e a mineração também entra como pano de fundo, principalmente pela demanda por tecnologia de terras raras e minerais críticos. Estamos no meio de uma disputa em que o cenário de corrida aos recursos é bastante factível, mas entendemos que o protagonismo sustentável ainda é o cenário de maior probabilidade.

O Brasil, além de grandes reservas minerárias, tem estabilidade política. Podemos capitalizar diante dessa instabilidade geopolítica global?

O nosso estudo olha 15 anos para frente.

As notícias que acompanhamos no calor do momento são muito importantes, porque representam o cenário atual, mas muitas vezes acontecem com muitos ruídos. Precisamos olhar, no longuíssimo prazo, para os grandes movimentos. Temos que entender, ao longo do tempo, o que de fato é concreto e o que é uma retórica pontual e, muitas vezes, política.

Há alguns dados muito interessantes: o território brasileiro é pouco mapeado. Temos apenas 25% do nosso País mapeado em uma escala suficientemente precisa e, quando olhamos para os grandes players da mineração, esse número ultrapassa 50%. Portanto, há um ponto de pesquisa e desenvolvimento muito importante para identificarmos quais são as nossas oportunidades.

Se eu pudesse destacar três pontos que chamamos de "ações vencedoras" para mudar o panorama da mineração brasileira, o primeiro seria a automação, que impulsiona a produtividade. Esse é um cenário que já está se concretizando. Os países de ponta investem massivamente em automação e produtividade, e os resultados são muito positivos.

Outro fator muito importante, atualmente em discussão nas nossas camadas legislativas, é a redução do tempo médio de licenciamento, que, no Brasil, é superior a 10 anos. Não falamos em reduzir esse tempo em detrimento das discussões sobre impacto social, ambiental e viabilidade econômica. Precisamos ter mecanismos que tornem esse processo mais eficiente.

E o terceiro é o investimento maciço em pesquisa e desenvolvimento (P D). O Brasil, em média, investe cerca de 0,3% do PIB em P D - valor que engloba todos os setores, não apenas a mineração. Minas Gerais se destaca porque, constitucionalmente, investe ao menos 1% do PIB. Isso já é um diferencial em relação à média nacional, mas ainda é pouco.

As grandes potências investem taxas acima de 2%. Em um cenário de corrida por minerais críticos, novos processos metalúrgicos e rotas mais sustentáveis, o investimento massivo em P D não será suficiente.

É nítido que as pequenas e médias empresas ficam, muitas vezes, com as operações que as grandes empresas não têm interesse, mas que são necessárias.

Qual é o papel das grandes mineradoras no fortalecimento da cadeia produtiva?

Um ponto importante é que essa cadeia produtiva é a mais horizontalizada entre todos os setores da economia. O papel das grandes mineradoras é definir os padrões tecnológicos, já que possuem maior capacidade de investimento.

Outro ponto a destacar é que, embora haja uma corrida pelos grandes volumes, com o avanço de tecnologias como chips, sistemas militares, processamento autônomo e precisão, as cadeias produtivas menores - que lidam com materiais especiais, como terras raras ou minérios voltados a setores econômicos específicos - ganham cada vez mais destaque.

Mesmo após avanços impulsionados por leis e pressão social desde os desastres em Mariana e Brumadinho, a mineração ainda enfrenta forte desconfiança. Diferentemente do agronegócio, que se comunica melhor com a sociedade, o setor segue distante do cidadão comum. A comunicação se tornou o principal gargalo para construir um futuro mais sustentável e próximo da população?

Sem dúvida, esse é um grande desafio. Há um esforço para mostrar o que está sendo feito, mas a mineração, muitas vezes, aparece como um setor invisível, muito distante do cidadão médio. Um dos objetivos do nosso estudo é também ajudar a comunicar o quanto a mineração é importante e qual papel de protagonismo ela pode exercer no Brasil - uma mineração responsável, que gere cada vez mais riqueza para o País. Diante disso, traçamos linhas de desenvolvimento em várias frentes: ambiental, política, econômica e tecnológica. Cada ator tem uma responsabilidade em cada um desses pilares.

Ainda falando em futuro, no segundo semestre teremos a Conferência do Clima - a COP 30 - na Amazônia, em Belém (PA).

O mundo inteiro estará com os olhos voltados para o Brasil. Como podemos capitalizar esse evento e mostrar tudo de bom e correto que é feito aqui, inclusive pela mineração?

Precisamos saber aproveitar a COP 30.

Além de demonstrar que é possível desenvolver economicamente e equilibrar as questões ambientais, acredito que a COP seja uma grande oportunidade para apresentarmos esse futuro que enxergamos para a mineração e posicionarmos o Brasil como protagonista sustentável nesse setor. Esperamos também apoiar e oferecer insumos. Nosso relatório detalha uma série de oportunidades para a COP.

Agora, vamos dar uma boa notícia: o lançamento da

KR Mining Ventures, que vai apoiar 30 startups do setor. O que você pode adiantar?

Foi muito providencial lançarmos o estudo no Minas Summit, um evento de inovação, porque se trata de um estudo sobre o futuro tecnológico. Chamamos toda a comunidade de inovação a construir esse futuro conosco.

Aproveitamos para lançar a KR Mining Ventures, que é uma venture builder e um venture capital. É uma iniciativa da KR Capital, da FCJ e da Academic Ventures. Vamos desenvolver, nos próximos anos, uma rede de 30 startups.

Já estamos discutindo também projetos de desenvolvimento socioeconômico e de proteção ambiental em uma comunidade próxima a Belo Horizonte, que não tem necessariamente relação com o desenvolvimento de startups, mas mostram que a construção do futuro vai muito além disso. Nos próximos meses, teremos muitas novidades. %

Site: <https://centraldoleitor.diariodocomercio.com.br>

Divida pública, juros e inflação

Outro dia perguntei a um amigo Faria Limer: As taxas de juros estão elevadas com o objetivo de reduzir a demanda agregada e conseqüentemente a inflação (para trazê-la à meta) ou é o custo que o mercado cobra para rolar a dívida pública? Sua resposta, após muito gaguejar, foi que era uma mistura das duas alternativas.

Ele alegou que (i) a relação Dívida Líquida/PIB está muito elevada (61,5%) e, por isso, custa caro financiar a dívida, (ii) que a demanda está aquecida, precisando de um freio através do aumento das taxas de juros e (iii) que faltam reformas estruturais, principalmente quanto à política fiscal.

Segundo ele, tudo isso eleva a percepção de risco, fazendo com que os juros fiquem altos.

Vejamos se suas alegações encontram amparo nas estatísticas históricas. A relação Dívida Líquida/PIB, que, no período imediatamente anterior ao Plano Real, situava-se na casa dos 34%, subiu para o patamar médio de 44% no período de 1999 a 2013, mesmo na presença de superávit primário médio de 2,8% do PIB.

Além disso, foram 15 anos com muitas reformas estruturais, como as leis de concessões e das parcerias público-privadas, criação de agências reguladoras, saneamento financeiro de Estados e de bancos estatais, criação do marco regulatório do gás natural, da política nacional de resíduos sólidos e das debêntures incentivadas, além do extraordinário acúmulo de reservas internacionais.

Naqueles 15 anos, um período de reformas e de geração de importantes superávits primários, as taxas reais de juros ficaram extremamente elevadas (acima de 8,5%a.a.), superiores, inclusive, às praticadas atualmente.

Em que pese a ausência hoje de um arcabouço fiscal estrutural capaz de gerar superávits primários, as informações acima mostram que as alegações do meu amigo não se sustentam tendo como referência o período de 1998 a 2013.

Continuaremos sem respostas.

ROBERTO FIGUEIREDO GUIMARÃES,

diretor da ABDIB e ex-Secretário do Tesouro Nacional

Site:

<https://edicaodigital.jornaldebrasil.com.br/pub/jornaldebrasil/?edicao=18820>